

A formação dos futuros presbíteros na Igreja sinodal: comunhão, participação e missão

Francesco Sorrentino¹

Resumo: O presente texto aborda a formação dos futuros presbíteros no contexto sinodal da Igreja. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada, essencialmente, na *Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis* (2017), as *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* (2019), algumas contribuições do Papa Francisco e de outros autores. Três objetivos norteiam a pesquisa. Primeiro: oferecer pistas de reflexão para que a formação dos futuros presbíteros se pautem em chave sinodal. Segundo: apresentar a formação presbiteral, na Igreja sinodal, como um caminho formativo para a comunhão, a participação e a missão. Terceiro: contribuir para que a formação de seminários e casas de formação gere presbíteros com mentalidade sinodal. Tendo em vista estes objetivos, o artigo analisa alguns elementos importantes da formação presbiteral, na perspectiva da comunhão, da participação e da missão. Partindo da fundamentação teológica de cada uma destas perspectivas, chega aos desdobramentos pedagógicos.

Palavras-Chave: Sinodalidade. Formação presbiteral. Comunhão. Participação. Missão.

INTRODUÇÃO

Sinodalidade é uma das palavras-chave do pontificado de Francisco. Aos fiéis da Diocese de Roma, no dia 18 de setembro de 2021, ele explicou que não se trata de um slogan e tampouco de um capítulo do tratado de eclesiologia, mas da própria natureza da Igreja, cujo estilo é sinodal, isto é, de “caminhar juntos”, conforme relatado nos Atos dos Apóstolos. Portanto, o atual processo sinodal da Igreja, iniciado em outubro 2021, com o tema: “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”, não é simplesmente um evento entre outros, mas uma realidade que deve marcar e transformar a vida eclesial. Com efeito, a sinodalidade é obra do Espírito Santo que converte as mentes e os corações para uma comunhão afetiva e efetiva, grávida de capacidade de escuta, diálogo e discernimento, em vista da missão evangelizadora.

A Igreja necessita de presbíteros com mentalidade sinodal e é incumbência da formação inicial preparar pastores capazes de caminhar juntos, tanto no presbitério quanto na comunidade com os demais membros do Povo de Deus.

¹ Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) – Belo Horizonte /MG. Professor de Missiologia, Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Faculdade Católica de Belém (FACBEL) – Belém/PA. Contato: sorrenfran@hotmail.com

Nas páginas que seguem, oferecemos algumas pistas de reflexão sobre a formação dos candidatos ao ministério presbiteral em chave sinodal, isto é, como um processo que forma para a comunhão, para a participação e para a missão.

1 FORMAR PARA A COMUNHÃO

O professor Stefano Zamagni, presidente da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, em uma entrevista ao *Osservatore Romano* declarou que nestes últimos quarenta ou cinquenta anos estamos vivenciando a “segunda secularização”. Segundo ele, difere-se da primeira secularização, a que foi inaugurada pela Revolução Francesa, pelo seguinte motivo: a primeira se caracterizava pelo lema: “é preciso viver como se Deus não existisse”; a segunda assumiu outro lema: “é preciso se comportar como se a comunidade não existisse” (cf. MONDA, 2019, p.1). Trata-se de uma constatação que desafia a fé cristã, que por sua natureza é comunitária: gera fraternidade e exige ser vivida em comunidade. De fato, “não há outro caminho para encontrar o Deus cristão, a não ser por meio da comunhão visível fraterna” (BRAMBILLA, 2018, p. 133, trad. nossa).

O espírito de comunhão é dinamismo imprescindível na Igreja sinodal. Não basta “caminhar juntos”, mas é necessário fazê-lo de forma verdadeiramente fraterna, pois é este o modo peculiar pelo qual se expressa a identidade cristã e se cumpre o legado de Jesus Cristo: “Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Assim como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto reconhecerão que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,34-35).

A gratuidade do amor é a novidade da mensagem de Jesus Cristo. Amor gratuito, amor a fundo perdido. Esse é o amor novo, o amor de Jesus Cristo, tanto que as primeiras comunidades de que temos notícias nos Atos dos Apóstolos foram comunidades onde a idade, a nação, o preparo, a riqueza, a classe social não tiveram mais que pôr barreiras. Houve ali um coração só, uma vida só, colocação até em comum dos bens, um grande sinal dessa comunidade de amor (ALMEIDA, 1972, p. 4).

A comunhão é uma realidade que nos precede, pois se fundamenta na pertença a Jesus Cristo e à Igreja, como comunidade daqueles que tendo encontrado Aquele que é a Palavra da Vida, se tornam um sinal crível para a vida do mundo (cf. 1Jo 1,1-3). O fundamento da fraternidade eclesial, portanto, está no fato que todos somos discípulos e discípulas do único Senhor e Mestre (cf. BRAMBILLA, 2018, p. 125-135). De fato, conforme o Papa Francisco afirmou no discurso à Cúria Romana para as felicitações natalinas de 2021, a comunhão “não se expressa com maiorias ou minorias, mas nasce essencialmente da relação com Cristo. Jamais teremos um estilo evangélico nos nossos ambientes, se não colocarmos Cristo no centro” (FRANCISCO, 2021, p. 1).

A dica é importante para a vida dos presbíteros, chamados a vivenciar relações de autêntica comunhão com o bispo, com os outros presbíteros e com os leigos (cf. PO 7-9). Com efeito, o presbítero, que “no âmbito da vida da Igreja é o homem da comunhão” (PDV 18), não é uma figura isolada, autorreferencial e autossuficiente, mas alguém que, em virtude de seu ministério, é sempre chamado a se relacionar com o outro: sua identidade é intrinsecamente relacional (cf. SEMERARO, 2016, p. 102-103). Neste sentido, “ele não está apenas ‘à frente’ da Igreja, mas é primariamente ‘na’ Igreja. É irmão entre irmãos” (PDV 74).

O relacionamento com os outros presbíteros possui uma relevância toda especial, pois pela ordem sagrada se pertence a uma fraternidade originada pela graça sacramental: “uma graça que se expande, penetra, se revela e concretiza nas mais variadas formas de ajuda recíproca, não só espirituais, mas também materiais” (IBIDEM).

Infelizmente, nem sempre se constata autêntica fraternidade em nossos presbitérios. Às vezes, prevalecem formas de isolamentos, competições, ciúmes pastorais e indiferença. Trata-se de imaturidade pastoral. Diga-se de passagem, a maturidade pastoral do presbítero deveria ser verificada, primeiramente, não a partir de seu relacionamento com o povo, e, sim, à luz de seu relacionamento com os outros coirmãos padres, pois aí não há como enganar-se, o grau de misericórdia e caridade aparece em toda sua nudez (cf. RECONDO, 2017, p. 78).

A formação inicial, com suas dinâmicas comunitárias, possui a árdua missão de ser “escola de comunhão” para os futuros presbíteros e “cada candidato que se prepara ao ministério deve sentir cada vez mais profundamente o desejo pela comunhão” (RFIS 51), Contudo,

avista-se hoje, no processo formativo, subjetividades e perfis, centrados em um *modus vivendi* egocêntrico e autorreferencial. Estes tipos de perfis fazem parte de um processo muito sutil e abrangente, próprio do contexto de uma sociedade em que o individualismo e a idolatria do “eu”, da própria imagem construída narcisicamente, estão relacionados ao processo de amadurecimento afetivo-sexual (ALMEIDA *et al.*, 2021, p. 1250-1251).

Desencadeiam-se, inclusive, processos que impossibilitam um relacionamento interpessoal sadio e comprometem, seriamente, a comunhão fraterna. Entre outros: a tendência acentuada à negação e à racionalização, a fuga da realidade, a compulsão incontrolada, a necessidade compulsiva de aprovação, o narcisismo acentuado e a visão negativa de si (cf. BASSO, 2011, p. 9).

Diante deste cenário é urgente que nas casas de formação a vida comunitária não seja reduzida a mera agregação de indivíduos com a mesma vocação, que cumprem mais ou menos juntos a mesma rotina cotidiana e, por alguns anos, ficam na espera de receberem o sacramento da Ordem. Pelo contrário, almeja-se uma vida comunitária rigorosamente fraterna, que possibilite “o crescimento daquele ‘humus humano’ onde concretamente amadurece uma vocação” (RFIS 50), por meio de algumas dinâmicas formativas específicas. A saber: “a

comunicação sincera e aberta, a partilha, a revisão de vida, a correção fraterna e a programação comunitária” (RFIS 90).

A perspectiva da comunhão implica, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade que nos habita como dom do Espírito Santo. Sempre que nos afastamos deste caminho e vivemos como sendo sinônimos comunhão e uniformidade, debilitamos e emudecemos a força vivificante do Espírito Santo no meio de nós (FRANCISCO, 2021, p. 1)

Formar para a comunhão, concretamente, significa educar para as relações. O paradigma fundamental é Jesus Cristo, cujo modo de relacionar-se sempre foi marcado pela humildade, pela liberdade interior, pela total disponibilidade e pela magnanimidade. Naturalmente, só quem cuida da vida interior consegue vivenciar relacionamentos enriquecedores, imbuídos de escuta e de diálogo fecundos. Com efeito, é o relacionamento com Deus que aprimora a vida espiritual e, conseqüentemente, embeleza o relacionamento com os outros (cf. BASSO, 2011, p. 9).

Compete à formação inicial acompanhar o desenvolvimento de todos estes aspectos na vida dos formandos, para que aprendam a liderar as comunidades cristãs com verdadeiro espírito de comunhão. É justamente em nome desta comunhão, dádiva do Alto e compromisso pessoal, que o processo sinodal da Igreja exige que os futuros presbíteros sejam ajudados a compreender a ação pastoral como participação efetiva de todos os membros do Povo de Deus.

2 FORMAR PARA A PARTICIPAÇÃO

Desde os primeiros anos de formação ao ministério ordenado, “a natureza e missão dos presbíteros há de ser entendida no seio da Igreja, Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo, a cujo serviço eles consagram a sua vida” (RFIS 30).

Todo batizado pelo fato de ser configurado a Jesus Cristo e membro vivo da Igreja é, a todos os efeitos, sujeito ativo da evangelização (cf. Cfl 3), enviado para dar razão da própria esperança (cf. 1Pd 3,15). Ser batizado na fé da Igreja significa receber o Espírito e tornar-se filho no Filho e, como o Filho, ser enviado para anunciar a salvação aos pobres e a partir dos pobres (cf. Lc 4,18-19), testemunhando, assim, o mistério do Deus de Jesus Cristo (cf. SORRENTINO, 2019, p. 24).

O testemunho bíblico acerca da dimensão participativa na missão evangelizadora é inquestionável. Nos Atos dos Apóstolos, com efeito, Lucas ressalta que ninguém pode sentir-se dono da missão. Além de Pedro que evangeliza no ambiente judaico e Paulo que cria uma rede de comunidades nos centros urbanos do Império, são mencionados os sete diáconos, entre os quais se sobressai Felipe, evangelizador da Samaria, a costa ao longo do Mediterrâneo até a Cesareia (21,8-9). Há também cristãos helenistas que passando pela Fenícia anunciam o Evangelho aos pagãos de Antioquia (11,19-21). Em Antioquia se destaca Barnabé, que com

Paulo inicia a primeira missão na diáspora. São vários os colaboradores missionários citados: Áquila e Priscila (18,3.26); Gaio e Aristarco que assistem Paulo em Éfeso (20,29); na viagem de volta a Jerusalém: Sópatros, Aristarco, Segundo, Gaio, Timóteo, Tíquico, Trófimo (20,4) (cf. CASALEGNO, 2005, p. 422).

O que está em jogo não é a maior eficácia apostólica e sim a dignidade batismal, pela qual todos os fiéis participam do tríplice ministério sacerdotal, profético e real de Jesus Cristo e, portanto, são corresponsáveis da missão da Igreja e não meros destinatários (cf. RMi 71). Com efeito, “pertença à Igreja é vida, participação na missão do Cristo de implantar o Reino pela graça do Espírito. E por sua vez, a Igreja existe, porque cada um de seus membros, no batismo, é ungido no Ungido” (TABORDA, 2001, p. 235).

Em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. Mt 28, 19). Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações (EG 120).

Formar para a participação significa ajudar a compreender o ministério presbiteral não acima da comunidade cristã, mas no seio dela e a serviço dela. Os formandos devem ser preparados a exercer o pastoreio não de forma monocrática e, sim, como guias que favorecem e promovem, realmente, um estilo de corresponsabilidade de todos os fiéis (cf. RFIS 90).

Com certeza que, na diversidade de funções e ministérios, as responsabilidades são diferentes, mas seria importante que cada um se sentisse envolvido, corresponsável no trabalho sem se limitar a viver a experiência despersonalizante da execução dum programa estabelecido por outrem (FRANCISCO, 2021, p. 1).

A reflexão eclesiológica do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) repensou os ministérios na Igreja superando a visão da alternativa e do contrapeso entre ministros ordenados e leigos. Compreendeu-se que o ministério ordenado, embora permaneça imprescindível na sua especificidade, não é suficiente para a realização da missão cristã, pois o testemunho evangélico no mundo é responsabilidade de todo o Povo de Deus, composto por pastores, religiosos/as e leigos/as (cf. BRAMBILLA, 2018, p. 20).

Formar os futuros pastores para a participação requer um projeto formativo que inclua a valorização de todas as vocações eclesiais, pois “o presbítero, de fato, é chamado a ser o animador da diversidade dos carismas no interior da Igreja” (RFIS 150). Não há dúvida:

a liderança da comunidade nunca pode ser exercida fecundamente como empreendimento de um só: também ela deve ser “católica”, capaz de caminhar - todos juntos: padres, consagrados e leigos – rumo

à edificação (*oikodomé*) da igreja, para que ela seja o sinal real do evangelho acolhido e testemunhado. Só assim a presidência não se dobrará sobre si mesma, mas terá uma íntima conotação missionária. Não é possível construir a igreja-comunhão a não ser com estilo e com gestos de comunhão (IBIDEM, p. 71, trad. nossa).

Daí o apelo de *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*: “Os futuros presbíteros, portanto, sejam educados de maneira a não cair no ‘clericalismo’” (n. 34). Trata-se de um convite que visa impedir posturas centralizadoras no seio das comunidades e lembrar que “os leigos também são chamados a participar na ação pastoral da Igreja” (DAP 211), não como meros colaboradores e sim como ativos corresponsáveis. Inclusive, jamais se deve esquecer de que “a imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja” (EG 102).

Nesta perspectiva, o contato direto e constante dos formandos com os leigos/as e os membros da Vida Religiosa Consagrada contribui a conhecer e valorizar todos os testemunhos de vida que edificam a Igreja. Aprendem, assim, a caminhar na missão com todas as forças vivas do Povo de Deus, e não como lideranças isoladas. A esse respeito, a atual *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* destaca, também, a importância da presença da mulher no percurso formativo, tanto pela complementariedade homem e mulher quanto tendo em vista o futuro ministério no qual as mulheres representam uma presença majoritária na comunidade eclesial (cf. n. 151).

Conclui-se que a abertura à dimensão participativa não se improvisa. Pressupõe progressivo amadurecimento da consciência eclesial de cada candidato ao ministério ordenado, em vista da única missão confiada a todo o Povo de Deus.

3 FORMAR PARA A MISSÃO

A sinodalidade, visibilizada pela comunhão e a participação, desemboca na missão. Com efeito, caminha-se juntos para realizar o mandato de Jesus Cristo: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). O que anima a realização deste mandato é a consciência de que a missão é obra de Deus, cuja vontade é “que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4) e por isso enviou o seu Filho e o Espírito (cf. AG 2). A Igreja, de forma sinodal, participa da missão de Deus como “sacramento da salvação” (cf. AG 1; LG 1; 9; 48) e jamais como dona da mesma.

Formar para a missão os futuros presbíteros significa, primeiramente, ajudá-los a acolher a missão como processo dinâmico de autorrevelação de Deus e, em segundo lugar, a compreenderem que a missão não nasce por vontade da Igreja, mas lhe é anterior. Não é a Igreja que possui uma missão e, sim, a missão que possui a Igreja, que é missionária, em sua *essência*, por causa de Deus (cf. RASCHIETTI, 2011, p. 43).

O presbítero participa da missão da Igreja com o carisma específico da caridade pastoral, pela qual torna presente a missão de Jesus Cristo Bom Pastor. Com efeito, “não só é chamado a amar os irmãos, como Jesus nos ensinou e mandou a todos, mas também faz isso ‘em nome de Jesus’, na ‘pessoa de Jesus Cristo’ (...). A verdadeira caridade pastoral não existe sem o amor de amizade entre o presbítero e Cristo” (ALMEIDA, 1996, p. 71). É justamente este amor a Jesus Cristo que se traduz no serviço por amor ao rebanho. A figura bíblica do Bom Pastor (cf. Jo 10), cujo pano de fundo é a experiência do Servo de Javé (cf. Is 50-53), norteia o ministério presbiteral para uma entrega total à missão em três horizontes: o horizonte da conversão pastoral, o horizonte das periferias existenciais e o horizonte universal da missão da Igreja.

No horizonte da conversão pastoral, o presbítero é chamado a abandonar uma “pastoral de conservação” e “ser ardoroso missionário que vive o constante desejo de buscar os afastados e não a simples administração” (DAp 201). Trata-se de acompanhar com compaixão as situações mais complexas, sem legalismos ou rigorismos. A esse respeito, exige-se “uma formação que faça dos futuros sacerdotes peritos na arte do discernimento pastoral, capazes de um entendimento profundo das situações reais do cotidiano e de realizar um bom juízo em suas escolhas e decisões” (RFIS 120).

O atual contexto de pluralismo, inclusive, requer criatividade pastoral para transmitir a solicitude da Igreja além dos confins da comunidade cristã, isto é, aos não praticantes, aos não crentes e aos seguidores de outras religiões. O processo formativo, portanto, deve favorecer um conhecimento e aproximação dos novos areópagos, para aprimorar, também, a capacidade de diálogo com os diferentes pensamentos presentes na sociedade e o respeito da liberdade alheia, sem renunciar ao dever do anúncio do Evangelho (cf. RFIS 121). Com esta finalidade, as *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil* salientam que

o seminarista deve preparar-se para ser não apenas um pastor do rebanho que lhe foi confiado, mas um evangelizador, um missionário, alguém que sai de seus espaços eclesiais e vai ao encontro das pessoas onde elas estão, para descobrir os sinais da ação de Deus e anunciar-lhes o Evangelho do Reino, com novo ardor, novos métodos e novas expressões (n. 229).

O segundo horizonte é o das periferias existenciais. Se o paradigma a partir do qual o presbítero deve moldar seu ministério é Jesus Cristo, Bom Pastor, então, é necessário que ele tenha as mesmas predileções do Mestre. A saber: os pobres, os encarcerados, os doentes, os injustiçados, os pecadores, entre outros. O *Documento de Aparecida* (n. 199) ressalta a necessidade de termos na América Latina e no Caribe presbíteros com o perfil de “servos da vida”, isto é, atentos às necessidades dos últimos da sociedade, defensores dos direitos dos sofredores, promotores da cultura da solidariedade e misericordiosos.

O que move o presbítero é sempre a caridade pastoral que se traduz em solidariedade existencial com os mais desvalidos. A esse respeito, continuam atuais as palavras pronunciadas por Dom Luciano Mendes de Almeida (1930-2006) no Sínodo de 1990 sobre a vida presbiteral:

A vida do presbítero deve ser simples e sóbria. Não tanto para darmos uma resposta eficaz ao mundo de hoje, em que crescem o egoísmo e a permissividade moral, mas porque a vida simples e austera será a demonstração da solidariedade concreta com a maior parte dos irmãos, que não têm emprego, habitação e sofrem fome e miséria. A vida sóbria revelará a sinceridade no esforço sincero pela construção da justiça e da paz (ALMEIDA, 1996, p. 72).

O caminho formativo por ser configuração a Jesus Cristo prevê uma educação progressiva ao despojamento (cf. Fl 2,7), para tornar-se, como Ele, servo de todos (cf. Mc 10,45), a começar pelos mais necessitados (cf. Lc 4,18-19). Durante os anos da formação inicial, inclusive, é importante que sejam oferecidas experiências de encontro com as periferias existenciais para consolidar a dimensão missionária da vocação presbiteral, por meio de formas de apostolado específico. Mesmo no âmbito da paróquia, que permanece “célula vital das experiências pastorais setoriais e especializadas” (PDV 58), é indispensável cultivar atenções especiais a quem vive situações de solidão, pobreza e marginalização social, para preparar-se adequadamente ao exercício do ministério ordenado.

O terceiro horizonte, ínsito na própria ordenação presbiteral, diz respeito à plena disponibilidade do ministro ordenado à missão universal da Igreja, na perspectiva *ad gentes* e além fronteiras. Conforme enfatiza o decreto conciliar *Presbyterorum Ordinis*:

O dom espiritual, recebido pelos presbíteros na ordenação, não os prepara para uma missão limitada e determinada, mas sim para a missão imensa e universal da salvação, “até aos confins da terra” (At. 1, 8); de fato, todo o ministério sacerdotal participa da amplitude universal da missão confiada por Cristo aos Apóstolos. Com efeito, o sacerdócio de Cristo, de que os presbíteros se tornaram verdadeiramente participantes, dirige-se necessariamente a todos os povos e a todos os tempos, [...]. Lembrem-se, por isso, os presbíteros que devem tomar a peito a solicitude por todas as igrejas. Portanto, os presbíteros daquelas dioceses que têm maior abundância de vocações, mostrem-se de boa vontade preparados para, com licença ou a pedido do próprio Ordinário, exercer o seu ministério em regiões, missões ou obras que lutam com falta de clero (n. 10)

A incardinação do ministro ordenado em uma Igreja particular não é motivo válido para isentar-se do dever de colaborar com a missão de toda a Igreja, sobretudo nos lugares mais necessitados do Planeta. Com efeito, a Igreja local não restringe a universalidade, mas a

torna visível, isto é, não é sinal de que Deus “ama a nós”, mas de que Ele “ama a todos”. Em termos metafóricos, o adjetivo “local” indica o promontório desde onde se enxerga mais longe e não o horizonte que se observa (cf. MAGGIONI, s.d., p. 1). Nesta perspectiva, o *Documento de Aparecida* exorta a Igreja da América Latina e do Caribe a “sair de nossa consciência isolada e de nos lançarmos, com ousadia e confiança (parrésia), à missão de toda a Igreja” (n. 363).

A inserção na “tradição pastoral” da própria diocese não deve impedir aos candidatos ao presbiterado de colaborar com a missão universal da Igreja. Neste sentido, à luz do ensinamento do Concílio Vaticano II (cf. OT 20), a atual *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* pede que

os seminaristas sejam animados por um espírito autenticamente católico; amando sinceramente a própria Diocese, estejam dispostos caso lhes venha a ser pedido ou se eles mesmos o desejarem, a colocar-se a serviço específico da Igreja Universal ou de outras Igrejas particulares com generosidade e dedicação (n. 123).

Concretamente, as *Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (n. 237) incentivam a programar experiências missionárias na Amazônia, na África, em outros países da América Latina e do Caribe, durante o período de formação inicial.

Enfim, nas casas de formação, a presença do Conselho Missionário de Seminaristas (COMISE) contribui para a animação missionária dos futuros presbíteros, por meio de encontros de espiritualidade missionária, momentos formativos de cunho pastoral-missionário, aprofundamentos a respeito da missão *ad gentes*. Sabe-se que “sem a missão *ad gentes*, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação” (RMi 34).

Se o processo formativo dos futuros presbíteros alimentar um amplo respiro missionário, corroborado, também, por uma forte experiência de comunhão e por uma abertura à participação de todos e todas na vida eclesial, com certeza teremos a alegria de ver nossas comunidades guiadas por pastores a serviço de uma Igreja de portas abertas, com estilo sinodal.

CONCLUSÃO

Nestas poucas páginas esboçamos alguns elementos importantes para a formação dos candidatos ao ministério presbiteral, na perspectiva da comunhão, da participação e da missão. Partimos da fundamentação teológica de cada uma destas perspectivas e chegamos aos desdobramentos práticos, à luz de alguns documentos eclesiais que tratam especificamente do processo formativo.

A reflexão aqui acenada, embora necessite de ulteriores aprofundamentos, pretende, sobretudo, frisar a imprescindível responsabilidade eclesial de preparar os futuros presbíteros a viver o ministério em sinodalidade, caminhando juntos, sem individualismos pastorais ou

formas de clericalismo que ofusquem a verdadeira identidade da Igreja Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito.

Servindo-nos de uma metáfora utilizada pelo Pe. Francisco Taborda – SJ em retiro espiritual orientado ao clero da Diocese de Macapá -Ap em julho de 2018, concluímos que a Igreja sinodal precisa de pastores que nas comunidades sejam como regentes de uma orquestra sinfônica, na qual, sabe-se, há dependência mútua: o poder do regente está na orquestra e esta se reconhece no regente. Em suma: em nossas comunidades precisamos de presbíteros que sejam autênticos homens da comunhão, articuladores eficientes da participação e pastores ousados nos caminhos da missão.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. São Paulo: Paulus, 2003.

ALMEIDA, André Luiz Boccato; BIANCÃO, Ronivalder; MORAES, Karolayne Maria Vieira Camargo de. Perfil dos novos padres à luz do Papa Francisco: uma análise teológica do cenário ministerial partir do exótico. *Pistis e práxis – Teologia e pastoral*, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 1248-1267, set./dez. 2021

ALMEIDA, Luciano Mendes de. *Experiência de caridade fraterna*. Dom Luciano Mendes de Almeida: formação e magistério. Disponível em: <<http://www.famariana.edu.br>>. Acesso em: 26 dez. 2013. Curso, mar. 1972.

ALMEIDA, Luciano Mendes de. *Jesus Cristo: luz da vida consagrada*. São Paulo: Loyola, 1996.

BASSO, Aldo. Educarci ala relazione. *Testimoni*. Bologna, n. 6, 2011, p. 9. Disponível em: <<https://www.dehoniane.it/testimoni-online/2011-6/5747-2011-6-educarci-alla-relazione>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRAMBILLA, Franco Giulio. *Liber pastoralis*. Brescia: Queriniana, 2018.

CASALEGNO, Alberto. *Ler os Atos dos Apóstolos: estudo da teologia lucana da missão*. São Paulo: Loyola, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília: CNBB, 2019. (Sigla: DFPIB)

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O dom da vocação presbiteral: Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis*. Brasília: CNBB, 2017. (Sigla: RFIS)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe 13-31 de maio de 2007*. São Paulo: Paulus, 2007.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana para as felicitações de Natal*. 23 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/december/documents/20211123-curiaromana.html>> . Acesso em: 24 dez. 2021.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Papa Francisco aos fiéis da Diocese de Roma*. 18 set. 2021. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/september/documents/20210918-fede-li-diocesiroma.html>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: do Sumo Pontífice ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2013. (Sigla: EG)

JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*: do Sumo Pontífice sobre a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Paulinas, 1991. (Sigla: RMi)

JOÃO PAULO II, Papa. Exortação Apostólica pós-sinodal *Christifideles laici*: de Sua Santidade João Paulo II sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. São Paulo: Paulinas, 1988. (Sigla: CfL)

JOÃO PAULO II, Papa. Exortação Apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis*: de Sua Santidade João Paulo II ao episcopado, ao clero e aos fiéis sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. São Paulo: Paulinas, 1992. (Sigla: PDV)

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico (Org.). *Compêndio do Vaticano II*: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGGIONI, Bruno. *Chiesa locale e missione ad gentes*. Disponível em: < <http://www.giovaniemissione.it/teologia-della-missione/585/don-bruno-maggioni-chiesa-locale-e-missione-ad-gentes/> > . Acesso em: 20 dez. 2021.

MONDA, Andrea. Prudenza è guardare avanti: la crisi della società italiana e il ruolo della Chiesa Intervista a Stefano Zamagni. *L'Osservatore Romano*, Cidade do Vaticano, 23 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.osservatoreromano.va/it/news/prudenza-e-guardare-avanti>>. Acesso em: 13 de julho de 2019.

RASCHIETTI, Estevão. *Ad gentes*: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

RECONDO, José Maria. *Imparare ad amare da pastori*: eros e agape nella vita del prete. Bologna: Dehoniane, 2017.

SEMERARO, Marcello. *Il ministero generativo*: per una pastorale delle relazioni. Bologna: Dehoniane, 2016.

SORRENTINO, Francesco. Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo. *Convergência*, Brasília, v. 64, n. 525, p.18-28, out. 2019.

TABORDA, Francisco. *Nas fontes da vida cristã*: uma teologia do batismo-crisma. São Paulo: Loyola, 2001.